

## O DESPRESTÍGIO DA LICENCIATURA FRENTE AO BACHARELADO: DEPOIMENTOS DE ALUNOS CONCLUINTE DE LICENCIATURAS DA UFPEL

VITÓRIA DA SILVEIRA DA ROSA<sup>1</sup>; MARIA MANUELA ALVES GARCIA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – vickrosa94@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – garciamariamauela@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Em 2002, foi instituída pelo Conselho Nacional de Educação, uma nova legislação sobre a formação inicial de professores no ensino superior, que previu a separação da licenciatura e do bacharelado (Resolução CNE/CP 1 de 18.02.2002 e Resolução CNE/CP 2 de 19.02.2002), saindo assim do antigo modelo “3+1”, que será explicado mais adiante. Tendo que se adaptar à nova legislação, os cursos de licenciatura da UFPEl fizeram a reforma nos seus currículos nestes últimos anos.

Considerando a pesquisa “Teoria e prática na formação de professores: impactos da reforma em currículos de licenciatura da UFPEl”<sup>1</sup>, o presente estudo tem como objetivo comunicar os resultados de trabalho que analisa as transcrições das entrevistas realizadas em 2010 com os alunos concluintes dos cursos de licenciaturas em Matemática, Ciências Sociais, Educação Física e Artes Visuais, para explicar o lugar de menor prestígio que a licenciatura tem frente ao bacharelado. Para isso, com a ajuda de bibliografia sobre o assunto, trar-se-á alguns aspectos da história sobre os cursos de formação de professores no ensino superior que ajudarão a explicar essa situação.

### 2. METODOLOGIA

Para estudar o impacto da legislação que reformou os currículos dos cursos de licenciatura da Universidade foi desenvolvida a pesquisa “Teoria e prática na formação de professores: impactos da reforma em currículos de licenciatura da UFPEl”, que teve como objetivo “problematizar a relação teoria e prática proposta pela reforma dos cursos de licenciatura e seus impactos nas formas de subjetivação e na identidade profissional docente” (GARCIA, 2012, p. 5). Como metodologia, essa pesquisa analisou os documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais e uma coleta de dados focada nos currículos de quatro cursos de licenciatura (Matemática, Ciências Sociais, Educação Física e Artes Visuais), realizando entrevistas semiestruturadas com os professores e alunos desses cursos.

O estudo aqui apresentado analisa o material que resultou da realização dos grupos focais com os alunos concluintes desses cursos, que aconteceram no final de 2010. Participaram dessas entrevistas aproximadamente 65 alunos, assim distribuídos: Licenciatura em Educação Física (30 alunos), Matemática (6 alunos), Ciências Sociais (12 alunos) e Artes Visuais (17 alunos), tendo o objetivo de levar os alunos a fazer uma análise do currículo que vivenciaram, avaliando as habilidades e competências adquiridas durante a graduação. Neste estudo, buscou-se analisar as falas dos alunos com ênfase na relação que eles faziam entre a licenciatura e o bacharelado.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPQ entre 2009 e 2011, coordenada pela Prof. Maria Manuela Alves Garcia, que estudou os efeitos da reforma em cursos de licenciatura da UFPEl. (GARCIA, 2012).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 19 de Fevereiro de 2002, o Conselho Nacional de Educação legalizou o Parecer por ele proposto no final de 2001 (Parecer CNE/CP 009/2001 de 8.05.2001), que tinha como objetivo melhorias nos currículos da licenciatura. Este Parecer de 2002 teve sua forma transformada na Resolução CNE/CP 1 de 18.02.2002 e Resolução CNE/CP 2 de 19.02.2002.

A nova legislação abandonou o modelo “3+1”. Esse modelo tinha quatro anos de duração, sendo que os primeiros três anos proporcionavam aos estudantes o diploma de bacharel, e na conclusão do último ano obtinham o diploma de licenciado, tendo assim, as duas habilitações. O novo currículo resultou na separação da licenciatura e do bacharelado, modificando a carga horária dos cursos de licenciatura em que a graduação deverá acontecer no mínimo em 2.800 horas, nas quais 400 horas deverão ser destinadas a Prática como Componente Curricular (os PCC's); 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado, tendo início na segunda metade do curso; 1.800 horas destinadas a disciplinas cujos conteúdos são de natureza científico-cultural; e, 200 horas para atividades complementares (Resolução CNE/CP 2 de 19.02.2002).

Considerando a avaliação feita pelos alunos nas entrevistas sobre esse novo formato curricular que deveria ser cumprido, enfatizando a relação feita por eles entre a licenciatura e o bacharelado, notou-se em suas falas que a licenciatura ocupa um lugar de menor prestígio frente ao bacharelado.

O desprestígio da licenciatura vem se constituindo historicamente desde as antigas Faculdades de Filosofia, que adotavam um regime catedrático, onde tanto no corpo docente como discente, havia uma predominância masculina. Contudo, na cátedra de Didática a maioria das docentes eram mulheres, oriundas do Curso Normal. Algumas tinham, no máximo, algum tipo de especialização além da Escola Normal que não era feito em uma instituição de nível superior. Também na cátedra de Didática, a maioria dos alunos eram mulheres. Nessa perspectiva, o saber docente era considerado um saber feminino e de menor status. Com isso, aos professores de Didática foi atribuído menor prestígio frente a outros profissionais das Faculdades de Filosofia, e os conteúdos aprendidos na licenciatura em relação ao bacharelado também eram desprestigiados, inclusive pelos próprios alunos.

Júlio Emilio Diniz (2000), no texto “As Licenciaturas e as Lutas Concorrenciais no Campo Universitário”, comenta que no curso de História Natural, responsável na antiga Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FFMG) pela formação dos professores e pesquisadores de biologia, os alunos, ao concluírem os três anos de bacharelado, já se consideravam formados, e que a licenciatura era tida apenas como um acréscimo no curso. A organização desse currículo correspondia ao modelo “3+1”, que nos primeiros três anos estava voltado para a formação do cientista e no último ano formava professores para o ensino secundário. Havia uma grande intenção de formar pesquisadores, mas não lhes eram dadas condições, o que mais tarde veio a ser alcançado com a Lei nº 5.540/68, que foi a reforma universitária. Segundo Diniz, 2000, essa lei propôs a pesquisa como elemento com as mesmas condições que a atividade de ensino, e a partir disso a pesquisa teve um grande reconhecimento e fortalecimento institucional nas universidades, gerando lutas entre forças de diferentes naturezas.

A pesquisa tem ainda hoje um forte poder de tradição nos cursos de licenciatura, por causa da histórica presença do bacharelado na estruturação dos currículos de licenciatura. Tradição que se conserva até hoje apesar da reforma,

assim como relata a aluna do curso de Ciências Sociais, dizendo que a licenciatura é muito voltada para a pesquisa e que as práticas não correspondiam aos conteúdos ministrados nas aulas. O mesmo acontece na Matemática, onde também se tem poucas cadeiras voltadas à licenciatura. É importante destacar aqui, que o curso de Matemática, não tem opção para o bacharelado e as alunas entrevistadas que querem seguir a carreira do magistério se sentem prejudicadas, pois há muitas cadeiras voltadas à teoria aplicada, que favorecia os meninos que queriam seguir nessa área, pois são cadeiras básicas para tal.

É notório o desprestígio do saber pedagógico em relação a outros saberes dentro do curso, a “velha história” de querer formar primeiro o cientista e depois o professor. Os alunos também se sentem prejudicados em relação à pós-graduação, tendo que cursar disciplinas que não são disponibilizadas no currículo do curso. Na opinião dos alunos o currículo tenta atender o bacharel e não dá conta da licenciatura.

De acordo com Diniz, 2000, a desvalorização que tem o ensino em relação à pesquisa, a licenciatura em relação ao bacharelado, e as dificuldades de ocorrer mudanças nos cursos que formam professores, refletem-se até os dias de hoje nas relações de forças entre posições e visões diferentes sobre o que é importante para formar professores.

#### 4. CONCLUSÕES

O que se vê nos depoimentos dos alunos é resultado de uma construção histórica de desvalorização dos cursos de formação de professores, mostrando que as novas diretrizes curriculares não colocaram a licenciatura no mesmo nível de prestígio que o bacharelado ocupa. Para melhorar os currículos de licenciatura, precisa-se ir muito além de uma reforma curricular.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de jan. 2002. seção 1. P. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de março de 2002, seção 1, p. 9. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 1968, 147º da Independência e 80º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540compilada.htm)>. Acesso em 27 jul. 2014.

DINIZ, Júlio Emílio. As Licenciaturas e as lutas concorrenciais no campo universitário. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.137-159.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **Relatório de Pesquisa: Teoria e prática na formação de professores: impactos da reforma em currículos de licenciatura na UFPel** (Edital MCT/CNPq No. 014/2009 – Universal). Pelotas, Faculdade de Educação: UFPel, Jan. 2012.